

AÇÃO EDUCATIVA PELA INCLUSÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA. EM QUE LUGAR?¹

Maria de Fátima Ramos de Almeida²

RESUMO: O propósito deste artigo é apresentar uma abordagem sobre as condições para implementação de uma educação que tenha em vista a integração dos chamados excluídos da sociedade. Apontar procedimentos educacionais que propiciem a inclusão social, política e econômica remete à reflexão, por um lado, sobre o contexto histórico e as condições em que se produziu a exclusão; e por outro lado, sobre o conceito de inclusão e as possibilidades de efetivá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade moderna. Educação escolar. Inclusão/exclusão.

“Quando a sociedade é harmoniosa, sua escola também o é. Uma sociedade profundamente desigual como a nossa produz uma escola desigual e, desde logo, o próprio prédio o demonstra. O edifício escolar faz parte do espaço urbano, dialoga com o bairro, com a cidade. Nas periferias urbanas, a escola, mesmo sendo precariamente construída, às vezes não tem uma relação orgânica com seu entorno, mas uma relação antagônica com aquela população que se sente à margem dos bens escolares e, o pior, sem perspectivas. As pichações e depredações constituem a triste consequência, intoleráveis, mas compreensíveis” (BUFFA, 2004).

Introdução

Para dar início ao trabalho reflexivo que desenvolvo neste espaço, introduzo o tema da ação educativa para a inclusão, partindo de alguns pressupostos.

1º) Não apresento um conhecimento pronto sobre a educação para a inclusão. A situação que vivenciamos hoje pode ser identificada como uma transição de uma institucionalidade segura para a indeterminação de uma situação desconhecida em que não se vislumbram os rumos a seguir; cabe, portanto, o envolvimento de todos os interessados em ampla investigação e reflexão para tentar encontrá-los.

2º) Não considero que ainda exista um lugar no qual os problemas são analisados e a partir do qual são delineadas as políticas para a ação. Isto é, o Estado, que era onde isto se dava, já não representa mais o lugar estratégico de onde emanam as soluções para os problemas da sociedade.

3º) Não falo DOS EXCLUÍDOS, mas me coloco na condição de quem, se não é excluída, convive com pessoas (parentes, alunos, vizinhos) desempregadas e sem perspectivas. Portanto, não me proponho a apresentar um conhecimento que serve aos excluídos, mas propor uma reflexão compartilhada com TODOS – excluídos e incluídos, todos os interessados, enfim, para superar uma situação intolerável.

¹ Artigo elaborado a partir da fala de apresentação do painel *Ação educativa pela inclusão social, política e econômica*, no I Encontro Nacional de Educação, Saúde e Cultura Populares-I ENESCPOP, realizado pela Universidade Federal de Uberlândia, em setembro de 2004.

² Professora do Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia; Coordenadora do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS

4º) Ancoro-me, em primeiro lugar, na História – meu campo de estudos – para apresentar minha leitura sobre o problema dos marginalizados sociais, sub-cidadãos do mundo contemporâneo.

Constituiu-se entre os séculos XV e XX, no ocidente, uma ordem social que articulava às práticas econômicas baseadas no mercado de trabalho e de bens utilitários, sistemas de governos de Estados Nacionais, os quais se responsabilizavam pelo arcabouço jurídico que regulava as relações entre os sujeitos sociais. Configura-se hoje uma situação de alterações significativas na forma de organização da sociedade ocidental moderna, seja quanto às relações econômicas, seja quanto à estrutura político-administrativa.

Na medida em que o trabalho humano vem sendo rapidamente substituído pelo aparato tecnológico no processo de produção das mercadorias, tornam-se obsoletos o arcabouço jurídico criado e sustentado pelo Estado, bem como as próprias instituições que o constituem. Como resultado desse processo, homens e mulheres são abandonados à sua própria sorte, tanto para prover a própria subsistência, quanto para estabelecer novas regras de relacionamento social.

Cabe, neste momento, aproveitar o imenso capital de conhecimentos – científico, tecnológico e de habilidades intelectuais diversas – acumulado ao longo desses séculos, visando criar alternativas de ordem social e de produção dos bens necessários à vida. O ponto de partida deve ser a união de esforços e o empenho pela superação dos limites impostos pelo individualismo e pela competitividade, valores próprios da cultura ora em desagregação, fortalecendo o espaço público e a ação coletiva.

O espaço público

As relações sociais no Ocidente alteraram-se profundamente a partir do século XV, quando o olhar foi desviado do céu para a terra e o homem viu-se como ser capaz de investigar, entender e criar o que lhe parecesse mais conveniente ao bem-estar social. A ordem vigente passou a ser questionada e novos valores emergiram, conferindo ao mundo uma outra configuração.

Logo, descobriu-se que as necessidades básicas poderiam ser realizadas, ainda sob a proteção de Deus, mas independentemente da boa vontade dos grandes proprietários de terras. Dessa forma, os homens aventuraram-se em novos caminhos: 1) nos mares, foram buscadas novas vias de comunicação com o mundo antigo; 2) em terra, intensificou-se a troca de mercadorias mediada pelo dinheiro e pelos papéis bancários.

Essas práticas tiveram conseqüências importantes sobre as relações sociais, levando à constituição de uma nova ordem política e jurídica. Tanto as grandes navegações como a intensificação do sistema de trocas exigiam unificação de procedimentos, de modo a garantir a realização dos negócios e a segurança dos investidores: superou-se, portanto, a organização social e política descentralizada, sob a égide do senhor de terras, todo poderoso em seus domínios e o grande beneficiado pelo trabalho de servos e artesãos. Em seu lugar foi constituído o Estado Nacional, *locus* do poder, amparado pelo exército profissional. Nesse lugar passou-se a elaborar leis e regulamentos diversos para reger o comportamento dos indivíduos e as formas como deveriam relacionar-se uns com os outros, os quais substituíram os costumes e as relações baseadas na honra e na confiança.

Os homens tornaram-se ousados, curiosos e dados a inventar coisas e formas de agir. Entre os séculos XV e XVIII observou-se o desenvolvimento acentuado da ciência, da economia e da política administrativa. A terra deixou de ser o centro do universo, de formato plano, para ser mero satélite redondo do sol; o comércio passou a ser o grande estimulador

da produção agrícola; as mercadorias produzidas na Europa se intercambiavam com outras oriundas dos diversos continentes; o sistema financeiro cresceu e aperfeiçoou-se e a cobrança de juros deixou de ser pecado; grande parte dos produtores passou a receber salários pelo seu trabalho; o rei de cada nação passou a exercer seu poder incontestável sobre nobres, plebeus e populações dominadas das colônias; o poderio bélico tornou-se o definidor da hierarquia nas relações internacionais.

Estavam dadas, dessa forma, as condições para deslanchar o sistema de produção industrial, baseado na concentração dos trabalhadores na fábrica, seguindo regras jurídicas impessoais, garantidas pela força militar dos governos nacionais e, sobretudo, pela sujeição à remuneração do salário, como meio de garantir a sobrevivência da família. No plano político, aperfeiçoou-se o sistema de dominação descentralizada e impessoal, deslocando o poder do rei para o parlamento, instituição política constituída por um número maior dos chamados representantes da nação. Estes elaboram, discutem e aprovam leis que regem as ações dos cidadãos, garantindo, por um lado, a provisão de mão-de-obra para a produção de mercadorias e, por outro, a oferta de empregos, mercadorias e serviços sociais suficientes para que as pessoas sobrevivam e adquiram condições adequadas para se relacionarem.

Os parâmetros e maneiras adequadas de relacionamento entre as pessoas são objeto da educação ministrada na escola. Cabe ao Estado Nacional estabelecer as diretrizes para o funcionamento do sistema escolar, no qual as gerações mais novas aprendem as regras disciplinares para atuarem no mundo do trabalho e para respeitarem e garantirem a governabilidade da sociedade. Forma-se, assim, o cidadão.

Custa caro ao cidadão manter essa ordem social. Grande parte da energia do cidadão foi subtraída pelo Estado, ao longo de cinco séculos, sob a forma de tributos que serviram para manter a ordem garantidora da acumulação discriminadora de riquezas. Hoje, quando a ordem regida pelo Estado Nacional se desagrega e este se torna cada vez mais ineficaz, aumenta a carga tributária cobrada do cidadão, ainda submetido ao ordenamento tradicional. Cresce, no entanto, cada vez mais, o contingente dos **excluídos**, aqueles que não têm meios de sobrevivência no sistema regular de produção e circulação de mercadorias e que, não sendo contribuintes, não usufruem dos serviços mantidos pelo Estado; não são, portanto, cidadãos e têm que “se virar” para sobreviver.

O Estado Nacional foi avaliado de forma diferente por muitos estudiosos da vida social, embora convergissem todos para a compreensão de que apresenta grande eficiência na conjugação e ordenação das atividades sociais. Alguns o consideraram uma realização sublime que, funcionando a partir do estabelecimento de um contrato social, é responsável pela congregação dos esforços coletivos e instituidor da harmonia na sociedade: Hegel, Rousseau, Montesquieu. Outros apontaram o Estado Nacional como uma organização racional que submete toda a coletividade por meio de intensa concentração de força, poder e saber: Hobbes, Marx, Max Weber, Michel Foucault.

Oscilando sempre entre estas duas representações, ao longo dos séculos foi sendo construído e fortalecido o ESPAÇO PÚBLICO no interior das sociedades modernas. Embora com tradição fincada na sociedade grega clássica, a modernidade europeia apropriou-se da noção de ação pública e adotou-a como forma de conduta política, propiciando a participação popular nas discussões sobre as regras do relacionamento social. No espaço público é que frutificam as idéias e as experiências do embate político sobre as formas peculiares dos agrupamentos humanos proverem as suas necessidades e se governarem.

A discussão é o meio peculiar de manifestação política dos cidadãos. A partir dela se configuram as instituições em que os cidadãos se organizam para participar do processo político nacional, alimentando e fortalecendo a própria discussão. É o lugar da *sociedade civil* no interior do Estado Nacional.

Embora a sociedade civil atue sob o controle do Estado, no seu interior, foi constituído e crescentemente alargado o espaço em que os grupos humanos construíram organizações particulares, em que era possível manifestar vontades individuais, sonhos, projetos, interesses e formas próprias de conceber a vida social, em que era possível forjar identidades e práticas coletivas. Por meio dessas organizações, a sociedade civil atuou sobre o Estado, atribuindo-lhe funções de gestão democrática que possibilitavam o fortalecimento do espaço público. A amplitude deste, portanto, decorreu sempre de uma tensão entre o caráter flexível da ação pública da sociedade civil e a vocação centralizadora do Estado. A correlação de forças é que definia a maior ou menor amplitude do espaço público em relação ao poder do Estado.

Hoje, no entanto, diagnósticos da conjuntura mostram o avanço da globalização e do neoliberalismo, em âmbito internacional e nacional, destruindo as instituições que até agora têm sido âncoras e efeito da ação pública: as organizações sindicais, a legislação garantidora dos meios de vida, os sistemas públicos de previdência, saúde, segurança e educação, entre outras. Ao Estado Nacional cabe, cada vez mais, o papel de gestor do mercado financeiro e das relações competitivas entre indivíduos e de guardião de sistemas bélicos poderosos. Em tom satírico, mas com um fundo de verdade, os governantes dos estados nacionais são identificados como “capatazes” dos organismos financeiros internacionais.

Nesse contexto, está se tornando cada vez mais clara a incapacidade do Estado Nacional para realizar, pelo menos, duas das funções que assumiu: prover os serviços sociais básicos de uso coletivo e garantir o espaço público para atuação dos cidadãos. Essa situação remete a um debate – presente, por exemplo, no Fórum Social Mundial – sobre os rumos alternativos da ação política: 1) fortalecer as instituições do Estado Nacional para aprofundar a democracia interna e tomar medidas que possibilitem uma melhor distribuição de renda; ou 2) descobrir novas formas de articulação política para além dos limites dos Estados Nacionais, que ampliem o espaço público para uma dimensão que comporte a convivência das diferenças e a congregação de vontades e saberes múltiplos.

No Brasil, a experiência histórica do Estado Nacional associa a imposição dos interesses dos mais fortes, por meio do uso das Forças Armadas e da aplicação discriminatória da lei, com a luta incessante da população marginalizada pelo alargamento do espaço público. Se, de um lado, há grande concentração de poder e riqueza favorecida pelos governantes, de outro, muitas conquistas populares foram realizadas, haja vista a universalização do direito de voto, a instalação dos sistemas nacionais de educação escolar, previdência social e assistência à saúde, o processo em curso de reforma agrária, a aprovação de legislação de proteção contra a discriminação e o preconceito étnicos, entre outras muitas conquistas.

À medida que as diretrizes neoliberais inviabilizam o avanço das conquistas sociais, transformando amplos contingentes da população mundial em **não-cidadãos miseráveis**, impõe-se a busca de novas formas de agregação, para além das fronteiras das instituições nacionais. Faz-se, dessa forma, o movimento pela **inclusão social**, conceito que vem se afirmando em vista do crescimento geométrico dos não cidadãos.

As mobilizações em favor dos excluídos têm dimensões mundiais, continentais, nacionais e locais. Fundamentam-se na crença de que é papel do Estado garantir a todos os indivíduos da nação as condições para se tornarem cidadãos. Assim, o movimento atua em relação ao Estado, buscando criar regulamentos e condições institucionais que protejam os direitos dos indivíduos e garantam sua livre expressão. Na prática, o que se verifica é uma tensão entre as necessidades de milhões de indivíduos e a (in)capacidade efetiva do Estado para incorporá-los como sujeitos de direitos.

A educação escolar

A escola ocupa um lugar privilegiado no processo educativo da sociedade ocidental moderna. Destinada a formar os cidadãos, tornou-se uma instituição imprescindível para transmitir a cultura ancestral (Hannah ARENDT), para adestrar os corpos e disciplinar os comportamentos (FOUCAULT) e para preparar para o trabalho e para o exercício político (CANIVEZ).

Aglutinando tantas funções fundamentais, a escola tornou-se uma instituição, prioritariamente, de responsabilidade pública, cabendo ao Estado as funções de formulação das políticas educativas, de elaboração das diretrizes administrativas e de provimento dos recursos para manutenção do sistema escolar. Justificava-se a atribuição desse empreendimento ao Estado com o argumento da necessidade de incluir todos os indivíduos no conjunto dos cidadãos nacionais, sem distinção de condição social, econômica, étnica ou religiosa. Apenas a instituição pública teria condições de estabelecer princípios educativos gerais, não excludentes, que possibilitassem a difusão dos valores da moderna cultura ocidental.

Nos séculos XIX e XX verificou-se um grande crescimento da educação pública escolar, cujo papel foi extremamente relevante para a consolidação da mentalidade moderna, assentada sobre os pilares da democracia política, do uso da razão e do cientificismo como pressupostos do conhecimento e do trabalho como pressuposto do bem-estar social.

Cabe lembrar, porém, que os princípios que nortearam a implantação e atuação da educação pública estiveram presentes muito mais como referenciais para a ação educativa e política. Implementá-los implicou, sempre, discussões acirradas, movimentos de cunho político-social dos profissionais da educação e ações populares reivindicativas. Embora esses princípios sejam orientados para a inclusão social, o seu conteúdo generalista sempre deu margem a ações de exclusão, contidas, sobretudo, nas políticas educacionais emanadas do Estado. No Brasil, as políticas educacionais em geral privilegiavam os estudantes com condições socioeconômicas de nível médio ou superior, que não tinham necessidade de trabalhar desde a infância para prover a própria subsistência ou auxiliar no provimento da renda familiar. Como exemplo podem ser lembradas: a seleção de conteúdos programáticos que excluem os saberes populares; a distribuição dos alunos em turmas segundo o desempenho escolar; a avaliação do desempenho escolar por meio da aferição da quantidade de conhecimento apreendido, com média de corte dificilmente atingida pela maior parte da população; o caráter propedêutico do ensino médio, entre outras.

Ainda assim, a instituição escolar representava o “porto seguro” para onde os jovens deviam ser encaminhados para aprenderem a difícil arte da convivência social: para adquirirem a formação que os habilitava à competição pelo melhor lugar na sociedade; para adquirirem as habilidades de comunicação e de compreensão para fazerem o julgamento correto das ações humanas.

Esse “porto seguro” também já não oferece mais segurança. Os problemas da escola, hoje, a atravessam por inteiro. E, embora tenha sido ampliado o acesso a ela a um número cada vez maior dos membros da sociedade, ela não é capaz de operar a inclusão social.

A educação pública, hoje, encontra-se numa situação débil, ameaçada pela instabilidade e pela imprevisibilidade, diante do encolhimento da função do Estado de financiador dos serviços sociais, do avanço acelerado dos meios de comunicação de massa e da ocupação do espaço educativo pela mídia televisiva e eletrônica. Esta, particularmente, juntamente com a produção cinematográfica, tem assumido um papel educativo relevante no mundo contemporâneo, influenciando diversas dimensões da vida social.

No século XX, três veículos de comunicação imagética interferiram radicalmente na

história, determinando hábitos de consumo e de comportamento, criando valores morais, mudando políticas: o cinema, a televisão e o computador. Multidões se deliciam olhando para as telas, para os programas que entretêm e fazem pensar .

A educação oferecida pela mídia, no entanto, é bastante diferenciada da educação escolar. Vistos até pouco tempo apenas como *meios de comunicação de massa*, ainda não há clareza suficiente sobre os pressupostos e efeitos da ação educativa dos veículos midiáticos, os quais também não oferecem a mesma segurança que a “velha conhecida” educação escolar.

Nesse contexto de instabilidades múltiplas, muitos e novos papéis são atribuídos à escola e muitas explicações são dadas para entender o seu fracasso. Na epígrafe que antecede este artigo, a explicação da autora para o fracasso da educação escolar contém os motivos desse fracasso – *distanciamento da escola em relação à comunidade em que está inserida*; os fatores do insucesso da escola – “as políticas que preservam a desigualdade social, aliadas às ações educacionais à revelia da comunidade em torno da escola”; o meio de superar o fracasso da escola – “interação com a comunidade em torno, apontando para a superação da desigualdade social”.

As formulações de Buffa são válidas para explicar o fracasso do sistema escolar brasileiro até meados da década de 90 do século passado, tendo em vista o histórico de omissões dos governantes quanto à qualidade e o comprometimento social da escola pública, bem como para situações particulares contemporâneas. Não são suficientes, porém, para justificar o desencanto dos educadores, a degradação da sua situação social e econômica, a intensa evasão dos estudantes, a indisciplina e a violência generalizadas que transformaram as escolas em verdadeiros campos de concentração e sobretudo, a ineficácia da escola para ensinar e para transmitir a herança cultural, para, enfim, educar o cidadão, promovendo a inclusão social.

A crise da escola expressa a crise social, especialmente a de valores e de perspectivas. Face a esse momento difícil, configura-se no ambiente escolar “um conflito de projeto: uma escola para qual moral, para qual ética? Que justificação para tamanho investimento emocional, afetivo, cognitivo? Que resultado? Que aprendizagem? Com que valoração?”

A dinâmica da auto-organização popular

A reflexão anterior tem o objetivo de alertar sobre o esforço vão dos que lutam pela justiça social, ao focalizarem o poder de estado como alvo da sua ação política. Como disse Fernando Gabeira recentemente (Folha de S. Paulo, 2004), o Estado, hoje, é cada vez menos importante como instrumento de mudança. Ocupá-lo para proceder a mudanças é um equívoco, pois tornou-se mero instrumento de ação das instituições capitalistas internacionais. Em função do capital restringe cada vez mais o espaço público.

A saída que se apresenta no cenário histórico, atualmente, é a emergência de práticas associativas que se configuram, predominantemente, como Organizações não Governamentais (ONGs) e Cooperativas de Produtores e/ou Prestadores de Serviços. Essas novas formas organizativas, embora ainda com certa instabilidade, mas cada vez com maior frequência, vêm sendo criadas dentro e fora dos marcos estabelecidos pelo Estado Nacional.

É um fenômeno gigantesco que mobiliza milhões de pessoas e grande volume de recursos econômicos, mas ainda confuso e passível de desconfiças. As ONGs e Cooperativas são identificadas ora como alternativas possíveis para o caos social e econômico, ora como instrumentos do capital globalizado para aprofundar a exploração e a exclusão, ora como sorvedoras de recursos do Estado em favor de indivíduos oportunistas.

O que não pode ser ignorado é que são, sobretudo, instrumentos de ação coletiva com grande potencial organizativo, na medida em que: a) aglutinam muitos indivíduos em torno de uma causa; b) requerem esforço dos componentes para se estruturarem e cumprirem os objetivos para os quais são criadas; c) requerem aprendizagem de formas de gestão e funcionamento; d) possibilitam experimentações e descobertas de formas novas de gestão, produção e socialização de saberes e produtos; e) potencializam a economia; f) mobilizam recursos financeiros à revelia (ou não) das instituições estatais.

A característica mais importante dessas organizações – especialmente das ONGs – é, certamente, a sua dinâmica de constituição, a partir da aglutinação de indivíduos afinados a uma causa. Os motivos para o surgimento de uma ONG podem ser de âmbito local, regional, nacional, continental ou mundial. Os atores envolvidos podem ser, inicialmente, um grupo de amigos decidido a investir na formação artística dos adolescentes de uma favela, vizinhos indignados por algum desmando administrativo do prefeito da cidade, desempregados de uma multinacional com dificuldades de sobrevivência, amantes de um passarinho em risco de extinção nas pradarias do cone sul da América Latina, pessoas aflitas pelo excesso de mortes causadas pelas minas espalhadas no cenário das guerras na Europa Oriental, entre muitos outros. Isto é, as ONGs extrapolam os limites que normalmente têm separado as pessoas no mundo contemporâneo: as divisões político-administrativas cristalizadas nos estados nacionais, as identidades étnicas e culturais, as diferenças econômicas que separam as classes sociais.

As cooperativas são mais restritas quanto à abrangência territorial e à diversidade dos componentes. Os motivos que as determinam são de cunho econômico, relacionados à busca de alternativas de sobrevivência.

Seja qual for a modalidade da organização, as práticas associativas são particularmente importantes para os que se encontram à margem das instituições que formam a sociedade moderna, quer por falta de meios de sobrevivência econômica, quer por preconceito étnico ou religioso, quer por terem sido banidos do seu grupo de origem pela guerra ou por perseguição política.

O planejamento e a pesquisa no sentido da inclusão

Com a perspectiva de apontar instrumentos para realizar o planejamento de ações educacionais inclusivas, gostaria de refletir, antes, sobre o conceito de *inclusão social*. Considerando os *excluídos* como aqueles que não participam dos benefícios da ação do Estado e que, também por isto, não podem participar da política opinando sobre os meios de funcionamento do próprio Estado, onde e como *incluir-los*?

Inclusão, hoje, deve estar referida, necessariamente, às condições de meios de vida com dignidade. Isto supõe possibilidade de acesso a recursos materiais como habitação, alimentação e vestuário; acesso à educação formal, aos recursos para a manutenção da saúde e ao lazer; saúde emocional para permitir uma convivência social confiável. Até hoje, considera-se o *emprego* em atividade econômica para executar trabalho a ser trocado por *salário* como o meio de conferir dignidade à vida. Em decorrência, há uma expectativa de que os governos nacionais implementem políticas de desenvolvimento econômico para gerar empregos.

No entanto, é uma ilusão supor que haverá empregos para absorver os milhões de excluídos do mundo, quando o capital privilegia investimento em tecnologias que eliminam postos de trabalho. Os marginalizados de hoje crescem a uma velocidade que logo extrapolarão, em número, os que constituem a sociedade “normal”. Quando reconhecerem a nova

situação que se configura e admitirem como normalidade as formas como se organizaram na própria *margem* em que estão situados, os excluídos perceberão que já foram construídos por eles mesmos, os meios para viverem com dignidade.

Isto é, o que estou querendo ressaltar é que estamos em um caminho sem volta e que, quanto mais rápido for reconhecido esse processo irreversível, mais fácil será construir o mundo novo. Impõe-se, imediatamente, que se canalizem energias e conhecimentos para a consolidação de formas de vida que prescindam da tutela e do controle do Estado.

Há um grande potencial de conhecimentos não aproveitados à espera de empregos milagrosos. Mas o que falta, efetivamente, aos milhões de supostos “desempregados”, é encontrar diretrizes para canalizar seu potencial para ações organizativas e produtivas que superem a condição de miséria moral e carência econômica em que estão mergulhados.

Essas diretrizes encontram-se na própria experiência histórica do movimento social, nas práticas de ação coletiva. Inserem-se nos processos de planejamento e execução de estratégias de mobilização e de sobrevivência nas situações de enfrentamentos de classe, quando, segundo BOURDIEU, sujeitos políticos eram aglutinados pelas lideranças, para atuar contra um alvo. A experiência da ação coletiva precisa ser fortalecida em benefício das organizações de associados, canalizando energias, conhecimentos e criatividade para reforçar os laços de solidariedade e confiança entre os indivíduos e de gestão democrática do grupo social.

Para isto, cabe um deslocamento do alvo da ação: não lutar apenas contra o sujeito antagonico, sobretudo, por si mesmos, produzindo seu próprio espaço para empregar a energia criativa em seu próprio domínio. Essa forma de agir e pensar requer a adoção de princípios, como diz PALAFOX, “em que o importante é observar uma transição crítica do individualismo para a cooperação, da quantidade para a qualidade, da dominação para a parceria [...]”.

A ação entendida sob essa ótica requer um novo processo educativo: (re)educação de valores e procedimentos que possibilitem a aprendizagem de outras práticas, em outros lugares. Isto é, educação que possa se processar com novas metodologias, na escola e fora dela e, possivelmente, até sem a escola³.

A metodologia da ação educativa, tomada de PALAFOX, assenta-se sobre os princípios da **falibilidade**, **reflexibilidade** e **discutibilidade**. O princípio da falibilidade implica a admissão de que o homem tem uma compreensão imperfeita do mundo. O princípio da reflexibilidade exprime a relação dialética entre o pensamento e os acontecimentos, em que as duas dimensões da realidade se influenciam mutuamente. O princípio da discutibilidade diz respeito à comunicação que possibilita o diálogo sobre os problemas e sobre os meios de resolvê-los.

Estes três princípios constituem os pilares de uma prática que pode se processar em três etapas: 1ª) levantamento global da questão (problema a ser solucionado ou conhecimento a ser construído); 2ª) análise das informações coletadas tendo como referência uma teoria; 3ª) reconstrução da realidade a partir do processo de conhecimento efetivado. Em síntese, a metodologia para a ação pode ser expressada pela fórmula **ação – reflexão – ação**, de Paulo FREIRE⁴.

³ A instituição escolar acha-se, hoje, em franca degeneração por dois motivos fundamentais: 1º) as mudanças do mundo contemporâneo no âmbito da produção, da cultura e dos costumes são incompatíveis população sem escolaridade e sem condições para exercer a cidadania. Como aponta a epígrafe deste texto, para continuar tendo validade, a escola teria que interagir com a comunidade população sem escolaridade e sem condições para exercer a cidadania. Como aponta a epígrafe deste texto, para continuar tendo validade, a escola teria que interagir com a comunidade circundante; e, mais que isto, teria que se renovar para acompanhar as mudanças operadas na sociedade.

⁴ FREIRE, Paulo. Cf. PALAFOX, G. M. Op. Cit.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Salamandra Consultoria Editorial / São Paulo: EDUSP, 1981.
- AUED, Bernadete Wrublevski. e CHAVES, Luis Carlos. O desemprego não é inexorável. In: **Plural**. UFSC-SSIND, n. 13, dez./2003, p. 56-73.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- CANIVEZ, P. **Educar o cidadão?** Campinas/SP: Papirus, 1991.
- CARVALHO, Carlos Henrique. e ARAÚJO, José C. **História da Educação em Perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. (EDUFU, no prelo).
- CASTORIADIS, Cornelius. A ascensão da insignificância. In: **As encruzilhadas do labirinto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CODO, Wanderley (Coord.). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis/RJ: Vozes; Brasília: CNTE/UNB-Laboratório de psicologia do trabalho, 1999, p. 12-3.
- FIDALGO, Fernando Selmar (Org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento de cultura marxista, 1996.
- FORESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 4. ed., São Paulo: Boitempo Editorial.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas do final do século. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- “GABEIRA revê 79 e ataca ‘sonho burguês’ do PT”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A13 ago. 2004.
- GREEN, Bill e BIGUN, Chris. Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula - uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 208 – 243.
- MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**. Origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; **A teoria política do individualismo possessivo**. De Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOLINARI Jr., Clovis. Apresentação. Acervo. [Imagens em Movimento]. **Revista do Arquivo Nacional**. v. 16, n. 1, jan/jun, 2003.
- PALAFOX, Gabriel Munhoz. Educação popular: considerações políticas e metodológicas. In: **Revista de Educação Popular**. PROEX/UFU, n. 1, jan./dez./2002.
- SILVA, Tomaz T. da. e GENTILI, Pablo (Org.). **Escola S.A.** Brasília: CNTE, 1996.
- TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- TUMOLO, P. S. Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs. In: FIDALGO, Fernando Selmar (Org.). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.